

Resultado Legislativo Semanal

Semana de 09 a 13 de julho de 2018

Sumário

❖ Congresso Nacional.....	03
----------------------------------	-----------

Senado Federal (Comissões)

❖ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	04
❖ Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	05
❖ Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	05

Câmara dos Deputados (Comissões)

❖ Comissões de Direitos Humanos e Minorias.....	05
❖ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.....	06
❖ Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.....	06
❖ Comissão de Educação.....	07
❖ Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.....	07
❖ Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.....	08
❖ Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Fiscalização Financeira e Controle.....	08
❖ Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.....	08
❖ Comissão de Seguridade Social e Família.....	09
❖ Comissão de Seguridade Social e Família e Legislação Participativa.....	10

Congresso Nacional

Nesta semana não houve nenhuma deliberação de proposições de interesse do cliente, a maioria dos trabalhos giraram em torno da aprovação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), após a conclusão e votação da LDO se inicia o recesso legislativo.

Senado Federal

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Devido ao cancelamento da reunião a deliberação das seguintes proposições será adiada até o fim do recesso parlamentar.

PLS 631/2011, de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB/BA), que altera a redação dos arts. 132, 133, 134, 136 e 139 da Lei nº 8.069/90 (dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente) para prever no art. 132 que em cada município, haverá pelo menos um Conselho Tutelar, composto de cinco membros eleitos pela comunidade local para mandato de quatro anos, permitida a reeleição, sendo necessário o atendimento de outros critérios para criação de Conselhos Tutelares, de acordo com número de habitantes e para atendimento de locais com notória abundância dos casos de violação e da outras providências. **O parecer da relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.**

PLS 358/2015, de autoria do Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), que “Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes”. **O parecer do relator o senador Jader Barbalho (MDB/PA) é pela aprovação.**

PLS 161/2015, de autoria do senador Telmário Mota (PDT/RR), que altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) e a lei que assegura validade e regula a expedição das carteiras de identidade (Lei nº 7.116/83), para autorizar a inserção da etnia do indígena nos registros públicos (assentos de nascimento, casamento e óbito), mediante simples declaração, e na Carteira de Identidade, a partir dos registros. **O parecer da relatora Ângela Portela (PDT/RR) é pela aprovação do projeto e das emendas.**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Foi realizada a audiência pública oriunda do RDH 113/2018, de autoria da senadora Regina Sousa (PT/PI), que solicita a realização de audiência pública para “discutir a paralisação do processo de demarcação de Terra Indígena Krahô-Kanela no Estado do Tocantins.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PLS 247/2011, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que “altera a Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para incluir no Sistema Brasileiro de Desporto o subsistema específico do desporto indígena; estabelece que o referido subsistema seja financiado com recursos da União, observadas as seguintes características: a) articulação com os órgãos responsáveis pela política indígena no País; b) colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e entidades públicas e particulares, inclusive no que respeita ao financiamento; c) consideração da realidade local e as especificidades das culturas dos povos indígenas; e d) participação de representação das populações indígenas nos órgãos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de desporto, quando relativas ao subsistema de desporto indígena”. **O parecer da relatora a senadora Rose Freitas (PODE/ES) é pela aprovação do projeto. A deliberação do parecer foi adiada.**

Câmara dos Deputados

Comissões de Direitos Humanos e Minorias

Audiência Pública

Ocorreu nessa quarta-feira a audiência pública para discutir as circunstâncias da morte do estudante Marcus Vinícius, 14 anos, no Complexo da Maré/RJ, em 20 de junho de 2018, quando ele ia uniformizado para a escola. Os parlamentares explicaram que o adolescente foi atingido pelas costas por um tiro enquanto seguia uniformizado para a escola. Testemunhas afirmaram à imprensa que um carro blindado da polícia conhecido como “Caveirão” teria disparado contra o adolescente.

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

A reunião ordinária para a votação de projetos e requerimentos que iria ocorrer nessa quarta-feira (11) **foi cancelada por falta de quórum.**

REQ 182/2018, de autoria do deputado Otavio Leite (PSDB/RJ), que "requer a realização de Audiência Pública para debater Incentivos fiscais à inovação na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)".

PL 1844/2015, de autoria do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB), que "altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor". Explicação: A oferta e a afixação de preços deverão ser feitas também na escrita "braile". **O parecer da relatora, a deputada Zenaide Maia (PHS/RN) é pela aprovação, com substitutivo.**

PL 8525/2017, de autoria do deputado Aureo (SD/RJ), que "estabelece a oferta de bolsas de estudo para deficientes pela Rede de Ensino Privada". **O parecer do relator, o deputado Jorge Silva (SD/ES), é pela aprovação, com emendas.**

Subcomissão Especial para Reformular e Atualizar o Estatuto do Idoso

Ocorreu nessa quarta-feira a discussão sobre os projetos de lei em tramitação nas comissões permanentes da Câmara que alteram o Estatuto do Idoso na área da saúde e na área de direito penal e processual penal.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

A reunião ordinária para a votação de projetos e requerimentos dessa quarta-feira (11) **foi cancelada.**

PL 3030/2015, de autoria do deputado Lincoln Portela (PR/MG) que "altera o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do feminicídio se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. NOVA EMENTA: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal". **O parecer da relatora, a deputada Laura Carneiro (DEM/RJ), é pela rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 3030/2015.**

PL 5555/2013, de autoria do deputado João Arruda (PMDB/PR), que "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação. NOVA EMENTA: Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)". **O parecer da relatora, a deputada Laura Carneiro (DEM/RJ), é pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 5555/2013.**

Comissão de Educação

Audiência Pública

Ocorreu nessa terça-feira (10) a audiência pública para debater o sucateamento das Universidades Públicas no Brasil. A solução para o sucateamento das universidades públicas no Brasil é a revogação da Emenda Constitucional 95, que instituiu o Teto de Gastos, segundo os debatedores ouvidos. Deputados que pediram a audiência, como Glauber Braga (Psol/RJ), destacaram que o sucateamento das universidades públicas vai contra o que prevê o Plano Nacional da Educação, aprovado em 2014 pelo Congresso.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência Pública

Ocorreu nessa quarta-feira a audiência pública para debater a situação das instituições de ensino superior e pesquisa na Amazônia. Os representantes das instituições pediram mais recursos para manter o funcionamento regular e a continuidade dos trabalhos e relembrou que a região possui peculiaridades que encarecem o custo de investimentos.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Ocorreu nessa quinta-feira (12) o seminário internacional Quarenta Anos do Tratado de Cooperação Amazônica - Sustentabilidade: um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia, acordo assinado em 3 de julho de 1978 por oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e prevê ações conjuntas para o desenvolvimento da região em áreas como preservação ambiental, uso de recursos naturais, pesquisa científica, navegação e comércio na região de fronteira. 20 anos depois, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com sede em Brasília.

Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Fiscalização Financeira e Controle

Audiência Pública

Ocorreu nessa quinta-feira (12) a audiência pública para discutir os direitos territoriais dos Povos das Águas da Região Norte de Minas Gerais. O debate atendeu a requerimentos dos deputados mineiros Padre João (PT) e Patrus Ananias (PT), que explicaram que os conflitos fundiários no Norte de Minas têm sido discutidos e retratados em alguns espaços de debate.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

A reunião ordinária para a votação dos projetos e requerimentos dessa quarta-feira (11) **foi cancelada**.

PDC 863/2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 412/2017) - que "aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015". O parecer da relatora, a deputada Leandre (PV/PR), é pela aprovação, com emenda.

Comissão de Seguridade Social e Família

Ocorreu nessa quarta-feira (11) a reunião ordinária para a votação dos projetos e requerimentos:

REQ 763/2018, de autoria do deputado Alan Rick (DEM/AC), que "solicita realização de Audiência Pública para debater sobre a importância da inovação nos tratamentos da Esclerose Múltipla para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes". **Aprovado**.

PL 2339/2011, de autoria do deputado Washington Reis (PMDB/RJ), que "acrescenta parágrafo único ao art. 59 de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a existência de laboratórios de ensino técnico para estudantes portadores de necessidades especiais nas redes públicas de educação básica e de educação profissional e tecnológica". **O parecer do relator, o deputado Juscelino Filho (DEM/MA), é pela aprovação, com substitutivo. Não Deliberado**.

PL 290/2015, de autoria do deputado Valmir Assunção (PT/BA), que "acrescenta art. 17-A a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para dispor sobre o direito de regresso da Previdência

Social perante o agressor". **O parecer do relator, o deputado Juscelino Filho (DEM/MA), é pela aprovação. Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

Comissão de Seguridade Social e Família e Legislação Participativa

Audiência Pública

Ocorreu nessa quarta-feira (11) a audiência pública para debater o conteúdo de normas aplicáveis aos passageiros com deficiência, no serviço de transporte aéreo. A deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP), que solicitou a audiência, relatou que as algumas companhias aéreas têm se recusado a transportar portadores de atrofia muscular espinhal (AME) em seus voos. Ela citou o caso de um menino de 12 anos que foi impedido de embarcar porque necessitava de ventilação mecânica e disse ser importante que autoridades e parlamentares se pronunciem a respeito, não apenas para esclarecimento da situação, mas para encontrar soluções apropriadas.